



AFO

Professor Paulo Lacerda

@ProfessorPauloLacerda

Leis Orçamentárias – LOA

Conceito - Peça Operacional de Curto Prazo (Doutrina)

Conteúdo da CF/88 (art. 165, § 5º)

"§ 5º A lei orçamentária anual compreenderá:

*I - o orçamento **fiscal** referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;*

*II - o orçamento de **investimento** das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;*

*III - o orçamento da **seguridade social**, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público."*

Leis Orçamentárias – LOA

Conceito - Peça Operacional de Curto Prazo (Doutrina)

Conteúdo da CF/88 (art. 165, § 5º)

"§ 5º A lei orçamentária anual compreenderá:

*I - o orçamento **fiscal** referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;*

*II - o orçamento de **investimento** das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;*

*III - o orçamento da **seguridade social**, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público."*

(FGV - 2022 - SEFAZ-AM - Técnico da Fazenda Estadual) Em relação aos orçamentos contidos na Lei Orçamentária, analise as afirmativas a seguir.

I. O orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

II. O orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto.

III. O orçamento da Seguridade Social abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a lei orçamentária anual compreenderá o que se afirma em

A) I, somente. B) I e II, somente. C) I e III, somente. D) II e III, somente. E) I, II e III.

(FGV - 2022 - SEFAZ-AM - Técnico da Fazenda Estadual) Em relação aos orçamentos contidos na Lei Orçamentária, analise as afirmativas a seguir.

I. O orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

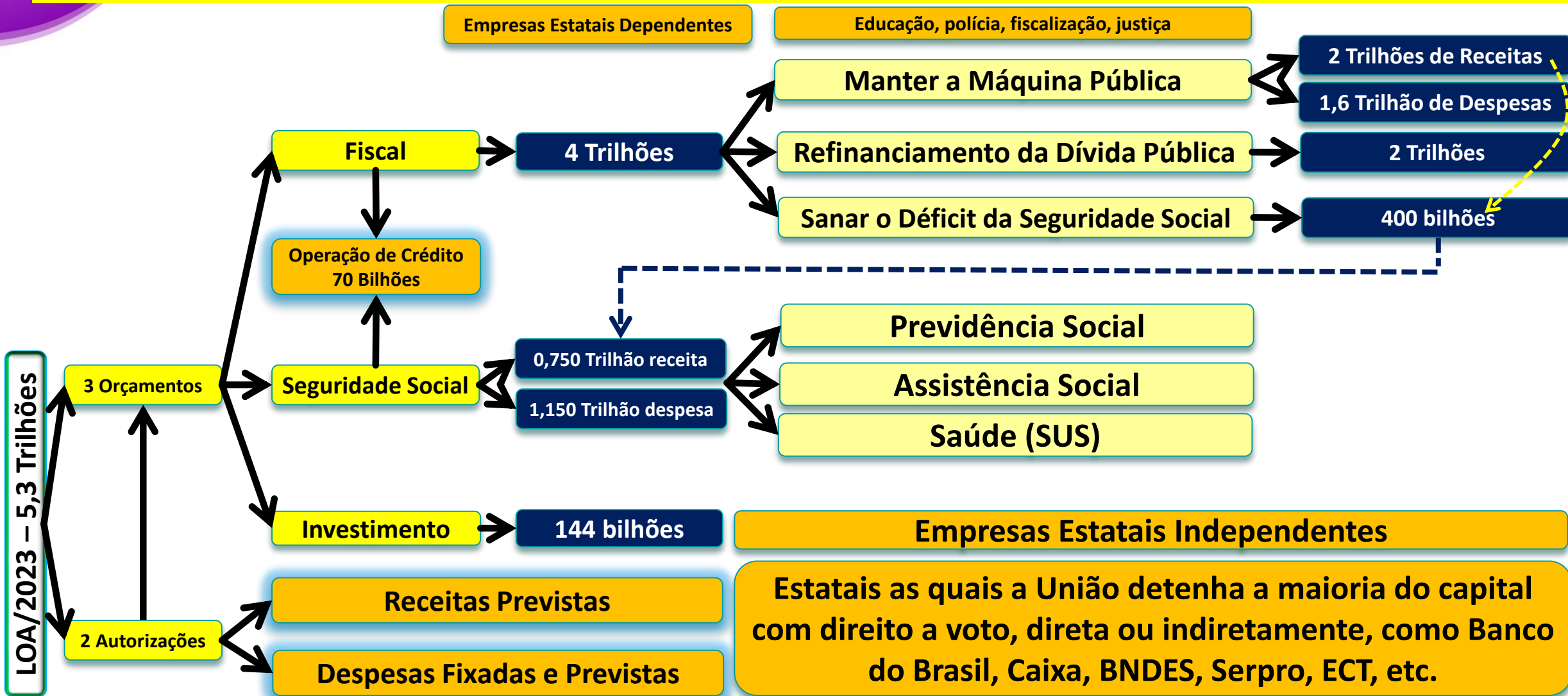
II. O orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto.

III. O orçamento da Seguridade Social abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

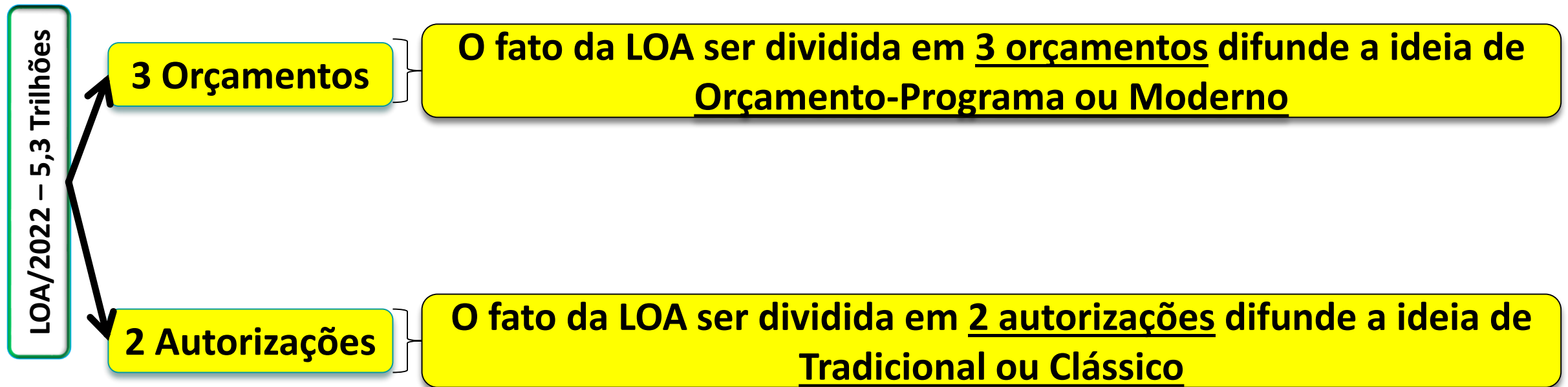
De acordo com a Constituição Federal de 1988, a lei orçamentária anual compreenderá o que se afirma em

A) I, somente. B) I e II, somente. C) I e III, somente. D) II e III, somente. **E) I, II e III.**

Leis Orçamentárias – LOA



Leis Orçamentárias – LOA



(FGV - Prefeitura de Niterói/RJ - Auditor Municipal de Controle Interno - Controladoria – 2018) Relacione os diferentes orçamentos da Lei Orçamentária Anual aos seus respectivos exemplos.

I. Orçamento Fiscal

II. Orçamento de Investimento das Estatais

III. Orçamento de Seguridade Social

() Aquisição de um ativo imobilizado por uma estatal independente

() Pagamento de Bolsa Família

() Amortização da Dívida Pública Federal

Assinale a opção que apresenta a relação correta, segundo a ordem apresentada.

A) I – II – III.

B) III – I – II.

C) III – II – I.

D) II – III – I.

E) II – I – III.

(FGV - Prefeitura de Niterói/RJ - Auditor Municipal de Controle Interno - Controladoria – 2018) Relacione os diferentes orçamentos da Lei Orçamentária Anual aos seus respectivos exemplos.

I. Orçamento Fiscal

II. Orçamento de Investimento das Estatais

III. Orçamento de Seguridade Social

(II) Aquisição de um ativo imobilizado por uma estatal independente

(III) Pagamento de Bolsa Família

(I) Amortização da Dívida Pública Federal

Assinale a opção que apresenta a relação correta, segundo a ordem apresentada.

A) I – II – III. B) III – I – II. C) III – II – I. **D) II – III – I.** E) II – I – III.

(FGV - SEFIN-RO – Contador – 2018) Em relação à Lei Orçamentária Anual (LOA), assinale a afirmativa correta.

- A) Deve conter uma estimativa das receitas e das despesas em um exercício.
- B) Deve conter a fixação para as receitas e para as despesas em um exercício.
- C) As despesas e as receitas apresentadas devem ter valores iguais.
- D) Deve compreender o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.
- E) Deve compreender o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, sem incluir as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

(FGV - SEFIN-RO – Contador – 2018) Em relação à Lei Orçamentária Anual (LOA), assinale a afirmativa correta.

- A) Deve conter uma **estimativa** das **receitas** e das **despesas** em **um exercício**.
- B) Deve conter a **fixação para as receitas** e para as despesas em um exercício.
- C) As despesas e as receitas apresentadas devem ter valores iguais.
- D) Deve compreender o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.**
- E) Deve compreender o orçamento **fiscal** referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, **sem incluir** as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Leis Orçamentárias – LOA

Função de Diminuir as Desigualdades Inter-Regionais (art. 165, § 7º, CF/88)

- Função dos Orçamentos **Fiscal e Investimento** (cuidado: **segurança social**);
- Critério **populacional** (cuidado: **município, eleitores, economia, etnia**);
- Alinhada e compatibilizada com o **PPA** (cuidado: **LDO**);

Leis Orçamentárias – LOA

Renúncias de Receitas (art. 165, § 6º, CF/88)

O projeto de LOA será **acompanhado** de **demonstrativo regionalizado** do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia (**Renúncias de Receitas regulamentadas pela LRF é so a tributária**).

Ex.: nota legal.

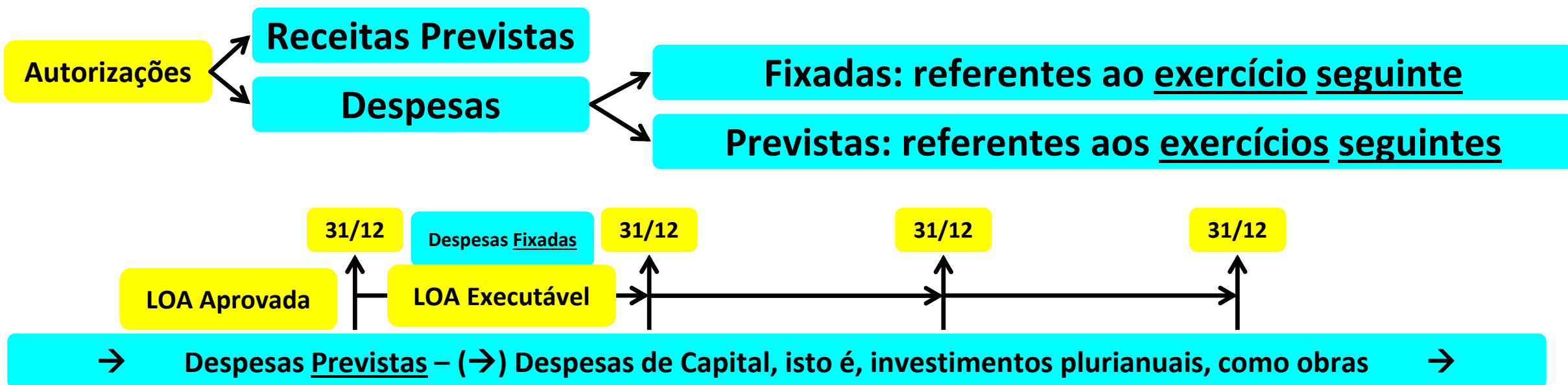
LOA	
RECEITAS	DESPEASAS

DEMONSTRATIVO	
RECEITAS	DESPEASAS
Efeitos	

Leis Orçamentárias – LOA

Novidade

A **emenda** constitucional nº **102/2019** estabeleceu, no art. 165 da CF/88, o § 14, que a LOA poderá conter “**PREVISÕES**” de **despesas** para **exercícios seguintes**, com a especificação dos investimentos plurianuais (**novos**) e daqueles em **andamento**.



(FGV - 2021 - TCE-PI - Assistente de Administração) A lei orçamentária anual do Estado Alfa estimou a receita e fixou a despesa pública para o exercício financeiro a que se referia, tendo ainda previsto as despesas a serem realizadas nos três exercícios seguintes, com a construção de barragem no Rio XX. A previsão das despesas a serem realizadas nos exercícios seguintes, com a construção da barragem, mostra-se:

- A) compatível com a ordem constitucional, pois se trata de um investimento plurianual;
- B) compatível com a ordem constitucional, pois a hipótese versa sobre despesa corrente de caráter plurianual;
- C) incompatível com a ordem constitucional, pois somente o plano plurianual pode alcançar mais de um exercício;
- D) compatível com a ordem constitucional, pois a lei orçamentária anual pode avançar para até cinco exercícios;
- E) incompatível com a ordem constitucional, pois a lei orçamentária anual não pode vigor por mais de um exercício.

(FGV - 2021 - TCE-PI - Assistente de Administração) A lei orçamentária anual do Estado Alfa estimou a receita e fixou a despesa pública para o exercício financeiro a que se referia, tendo ainda **previsto as despesas** a serem realizadas nos **três exercícios seguintes**, com a construção de barragem no Rio XX. A **previsão das despesas** a serem realizadas nos exercícios seguintes, com a construção da barragem, mostra-se:

- A) compatível com a ordem constitucional, pois se trata de um investimento plurianual;**
- B) compatível com a ordem constitucional, pois a hipótese versa sobre despesa **corrente** de caráter plurianual;
- C) **incompatível** com a ordem constitucional, pois somente o plano plurianual pode alcançar mais de um exercício;
- D) compatível com a ordem constitucional, pois a lei orçamentária anual pode avançar para até **cinco exercícios**;
- E) **incompatível** com a ordem constitucional, pois a lei orçamentária anual não pode vigor por mais de um exercício.

Leis Orçamentárias – LOA

Novidade

À luz da **EC nº 102/2019**, que acresceu o § 10 ao art. 165 da CF/88, a gestão tem o **“DEVER”** de **executar as programações** (despesas) orçamentárias, adotando meios e medidas necessários, com o fim de garantir a efetiva entrega de bens/serviços.

- Atenção: exclusivamente aos orçamentos **fiscal** e da **seguridade social** da **União**;
- Atenção: algumas correntes doutrinárias discutem se tal **“DEVER DE EXECUTAR”** forçaria o orçamento a ser **“IMPOSITIVO”**.
- O disposto acima:
 - Segue regras rígidas dispostas e impostas pela **LDO** respectiva;
 - Ele se **SUBORDINA** à **CF/88** e **lei** que estabeleçam **metas fiscais** ou **limites de despesas**;
 - Ele **Não** impede o **cancelamento** necessário à **abertura de créditos adicionais**;
 - Ele **NÃO SE APLICA** nos casos de impedimentos de **ordem técnica** devidamente justificados;
 - Aplica-se **EXCLUSIVAMENTE** às despesas **primárias discricionárias**.
 - Conclusão: **não** se transformou em um **orçamento impositivo** (continua **autorizativo**).

(FCC - 2022 - TRT - 22ª Região (PI) - Analista Judiciário - Área Administrativa – Contabilidade) A Constituição Federal de 1988 determina que a Administração tem o dever de executar as programações orçamentárias, adotando os meios e as medidas necessários, com o propósito de garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade. Esse regramento, nos termos da lei de diretrizes orçamentárias, sendo regra afeta exclusivamente aos orçamentos fiscal e da seguridade social da União, aplica-se

- A) ao excedente do resultado nominal.
- B) às despesas relacionadas à gestão financeira e patrimonial da Administração direta e indireta.
- C) aos itens orçamentários que compõem a receita corrente líquida.
- D) aos programas de caráter obrigatório.
- E) às despesas primárias discricionárias.

(FCC - 2022 - TRT - 22ª Região (PI) - Analista Judiciário - Área Administrativa – Contabilidade) A Constituição Federal de 1988 determina que a Administração tem o dever de executar as programações orçamentárias, adotando os meios e as medidas necessários, com o propósito de garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade. Esse regramento, nos termos da lei de diretrizes orçamentárias, sendo regra afeta exclusivamente aos orçamentos fiscal e da seguridade social da União, aplica-se

- A) ao excedente do **resultado nominal**.
- B) às despesas relacionadas à gestão **financeira e patrimonial** da Administração direta e indireta.
- C) aos itens orçamentários que compõem a **receita corrente líquida**.
- D) aos programas de caráter **obrigatório**.
- E) às **despesas primárias discricionárias**.



AFO

Professor Paulo Lacerda
@ProfessorPauloLacerda